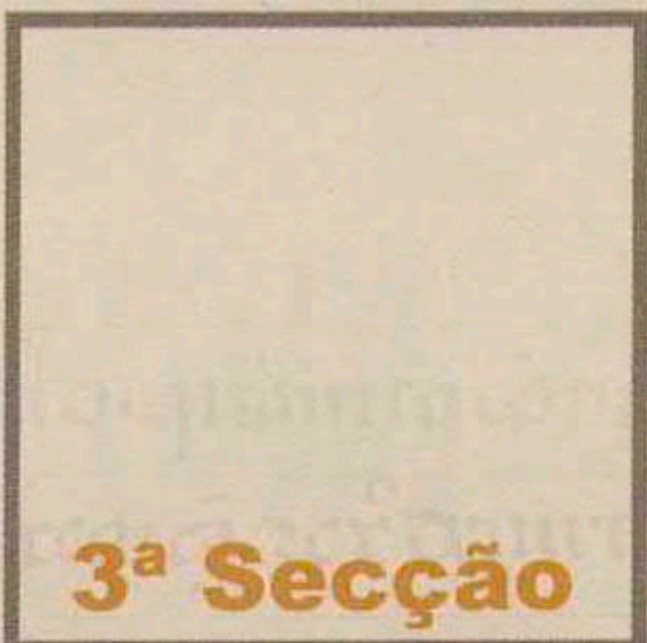


III Congresso Histórico de Guimarães



D. Manuel e a sua época



População, Sociedade e Economia

Segundo logo no começo nosso senhor mostrou na qualta delles estamdo e pe
delteimila depois de qua ambata emmitas askontas que seimã. Yllom echno
na da guerra da allem e affrica dos imffices emmita nememito e tomada das cida
ntelugares. Etamte na emvestigaci e descobrimto de quinee com grandes custo
yano comtinuado. E finalmte no grande augmto e honra qora reguante no
regnos no mui trabalhoso e atee em tam fora quasi desperaca e possibillidade hum
qualta da india e outras terras setee anos atee. i cognitas e oues cousas qano llo se
muato se fazereim e perime em obra. Non apartamdo destes magnanimoe feito
em tecessores todallas outras qno demenos obligaca e utade de ne au nos pncip



A paisagem urbana de Loulé nos finais da Idade Média

por

MARIA DE FÁTIMA BOTÃO

(Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa)



A PAISAGEM URBANA DE LOULÉ NOS FINAIS DA IDADE MÉDIA *

1. Os efeitos do tempo sobre o espaço

O espírito da Renascença e os alvares de novos tempos – que se avizinhavam, em finais de Quatrocentos – impulsionaram o desenvolvimento da urbanidade; o protagonismo crescente de cidades como Lisboa, Porto, Évora, Santarém, Elvas, Tavira ou Guimarães projectava-se na magnificência e dimensão das estruturas das respectivas paisagens urbanas¹. Loulé, como outras povoações do país e do Ocidente Medieval, não se demarcou dos acontecimentos em curso². Por finais de Quatrocentos, por todo o lado um pouco, o concelho investiu na dignificação do seu património, assistindo-se a um grande dinamismo na construção, reparação e limpeza de edifícios, na compra de cargas de cal e areia, madeira, tijolos, tufo e pedra, e acessórios como martelos, pregos caibrais, alcofas e cântaros, armelas, fechaduras e chaves destinados aos Paços da Câmara, seu alpendre e poço, ao chafariz ou ao curral da vila, à casa da horta do Concelho, à casa dos tabeliães, à talharia, ao açougue ou às portas e estruturas da muralha³.

* A autora é membro do projecto de investigação «Paisagens rurais e urbanas entre a Idade Média e os Tempos Modernos» subsidiado pela Fundação para Ciência e Tecnologia. O tema foi apresentado no III Congresso Histórico de Guimarães, 24-27 de Outubro de 2001 e, com ligeiras alterações, nas «Conferências do Arquivo-2003» da Câmara Municipal de Loulé, a 22 de Outubro de 2003.

¹ A. H. de Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, V. I, 13.ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1997, p. 270.

² Apesar de naturalmente adscrita a uma tipologia que a integrava no conjunto das vilas onde o surto da urbanidade e o desenvolvimento demográfico ocorreram de modo mais contido. Não obstante o período de recessão generalizada do século XIV, nesta centúria, Loulé concorre, ao lado de Faro, Silves e Lagos com a outrora pujante «cidade» de Tavira «a única grande cidade do primeiro quartel de Trezentos». Ver A. H. de Oliveira MARQUES, «Para a história do concelho de Loulé na Idade Média» *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal, Loulé, 1989, p. 17-33 e in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 1.ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 57. Uma circunstância reveladora de alguns progressos registados a nível do posicionamento demográfico e, possivelmente, económico face às outras populações do Algarve, no século seguinte, é o facto de Loulé ter contribuído, no conjunto da população do Algarve, com uma percentagem bem significativa de homens para combater em Ceuta, em 1448. Nesse ano, o Infante D. Henrique, entre cem homens que quer recrutar para aquela praça, faz enviar quarenta de Loulé («Collecção dos Documentos dos Cartórios do Algarve, Civis e Eclesiásticos, copiados por ordem da Academia Real das Sciencias em 1790» in BACL, *Reserv.*, Tom. II, Cód. 403, fl. 169 v.º). Já a partir de dados posteriores ao numeramento de 1527-32, o protagonismo de Silves e de Loulé mostra-se claramente ultrapassado por Lagos, Faro e por Tavira, apesar da povoação continuar a registar um avanço demográfico e a ser reputada por «vila notável» (João José Alves DIAS, «As realidades demográficas» in *Nova História de Portugal*, Vol. V, Portugal, do Renascimento à Crise Dinástica, (coord. e direcção de João José Alves Dias), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 20 e 30. Ver também A. H. de Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, (...), p. 271.

³ A leitura dos *Livros de Receita e de Despesa de Loulé* (1375-1376, 1381-1382, 1403-1404, 1412-1414, 1413-1419, 1423-1425, 1450-1451, 1483, 1517, AHL, CMLLE/E/A/001, 002, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, respectivamente) reflectem claramente a evolução das preocupações com os investimentos de conser-

A densidade populacional, variável ao longo da Idade Média, apresentava, agora, os efeitos das novas conjunturas, a nível da paisagem urbana, dentro e fora do seu recinto amuralhado. Em Trezentos, já se prenunciava a expansão da vila para o arrabalde, a Noroeste de Loulé, só que tempos mais adversos subsequentes levaram ao despovoamento e abandono dos imóveis, impondo mesmo medidas centralizadas de estímulo ao afluxo de vizinhança para o interior da cintura amuralhada⁴. No findar do período medieval, a vila evidenciava, visivelmente, a projecção dos seus limites urbanos para fora dos seus muros, onde a população se foi progressivamente instalando, quer nos arrabaldes, quer, já mais tarde, em povoados vizinhos, que se desenvolveram por todo o lado um pouco⁵. A cerca acolhia, cada vez mais, gente abonada e privilegiada⁶, que podia e queria estar próxima do centro das decisões políticas locais e de maior dinamismo económico⁷. Era o caso do cavaleiro da Casa Real Gonçalo Nunes Barreto⁸ ou seu irmão João Teles, dos Ataídes e mesmo de outros que, apesar de não comungarem das mesmas origens nobiliárias, integravam uma elite letrada, política e economicamente influente⁹, que conferia ao espaço e a uma parte do património imobiliário as marcas da magnitude das suas fortunas.

vação e dignificação do património concelhio que se começam a evidenciar a partir da segunda metade do século XV. As Actas de Vereação publicadas («Actas das Vereações de Loulé», Séculos XIV-XV (Int. e leitura paleog. de Luís Miguel Duarte, leitura paleog. de João Alberto MACHADO e Maria Cristina CUNHA), in *Al'ulyã, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 7, Loulé, 1999) e as que se encontram no prelo para publicação (1492-96) também corroboram a ideia. O acesso à transcrição destas últimas foi generosamente cedido por Luís Miguel Duarte, aguardando-se para breve a publicação das mesmas por este historiador.

⁴ O período dionisino pontua-se por activos esforços de consolidação do domínio político, traduzidos em medidas muito concretas de estímulo ao povoamento e ao desenvolvimento comercial. Em 1281, define-se o traçado da implantação humana no alfoz, com a atribuição de vinte e cinco casarias no lugar designado Horta d'El Rei, a dezanove famílias que ali se instalam por carta de aforamento colectivo. ANTT, *Chanc. D. Dinis*, Liv.1, fl. 35 e v.º O estado de degradação das habitações em 1385, nos arrabaldes da vila, levam a que muita gente não tenha onde morar. O rei promove então o afluxo da população, para o interior do recinto amuralhado, onde uma série de pardieiros régios e da vizinhança aguardam a reconstrução por parte de todos os do arrabalde que para aí vierem residir. AHL, *Actas de vereação* (1496): CMLLE/B/A/001/LV01, fl. 9; «Actas das Vereações de Loulé», Séculos XIV-XV, *ob. cit.*, p. 33.

⁵ Dos cento e vinte e sete agregados intra-muros da década de sessenta do século XV, Loulé registava, em 1505, cento e quarenta e cinco (João José Alves DIAS, «Estratificação económico-demográfica do Concelho de Loulé nos finais da Idade Média» in *Actas das I jornadas de história medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1987, pp. 205-218).

⁶ «Mora nela muita gente nobre e abastada», refere Frei João de S. JOSÉ, em 1577, na sua «Corografia do Reino do Algarve» in «Duas Descrições do Algarve do século XVI», *Revista de História Económica e Social-3*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, p. 45. No estudo que João Alves Dias efectuou (v. nota anterior), a conclusão é que a pobreza mostrava pouco protagonismo na vila.

⁷ Maria de Fátima BOTÃO, «A contribuição das fortunas louletanas nas despesas públicas do Portugal medieval» in «*Al'ulyã*», *Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, 8, Loulé, 2002, p.135.

⁸ Com residência em Loulé, comendador de Castro Verde, alcaide mór do castelo de Faro e fronteiro mór do Algarve.

⁹ Ver a este respeito, Maria de Fátima BOTÃO, «A contribuição das fortunas louletanas nas despesas públicas do Portugal medieval», *ob. cit.*, pp. 134 e 136-146.

Infelizmente, o historiador de Loulé não pode fruir de fontes de carácter iconográfico, que proporcionam imagens, sempre interessantes, do património urbano e peri-urbano em geral, do género daquelas que nos deixou Duarte de Armas das fortalezas da nossa primeira linha defensiva face ao país vizinho ¹⁰. Não obstante as dificuldades, entre as quais a ausência de uma documentação generosa ¹¹, a precariedade das construções e as mudanças que marcaram, ao longo dos séculos, a história desta vila medieval – que ajudam a delir a imagem não só de muitos dos edifícios de maior prestígio, mas dos arruamentos, das casas, das adegas, dos lagares e dos fornos, dos Paços do Concelho, da praça com seus talhos e bancas de pescado, das fangas, da casa das sisas, da aduana e da portagem, da estalagem, da Judiaria e sinagoga, da Mouraria e mesquita ou da cadeia – existem outros instrumentos de análise que acabam por compensar, em alguns aspectos, esses lapsos de informação. Entre eles, uma deliberação de D. João II para que se «arruassem» as ruas de Loulé ¹². O interesse desta fonte reside, particularmente, no facto de indicar o número de ruas,

N

¹⁰ Na sequência de uma vistoria ordenada por D. Manuel. *Livro das Fortalezas*, 2.^a edição, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa, 1997.

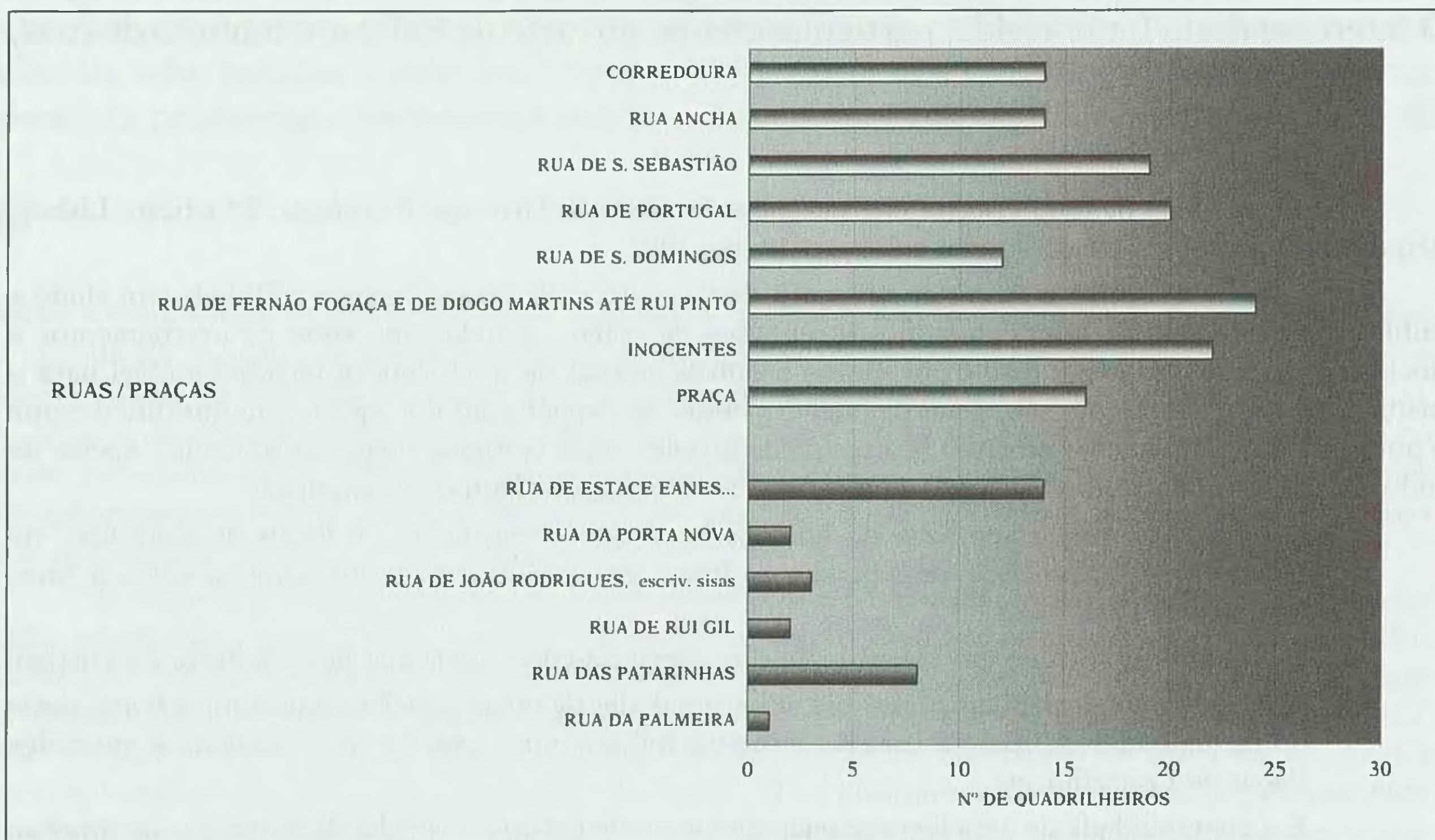
¹¹ O espólio do Arquivo Histórico de Loulé, desde as actas de vereação que a edilidade tem vindo a publicar, aos registos de contabilidade e inventários de orfãos, a toda uma série de averbamentos e documentação dispersos por este e por outros arquivos, apesar de uma riqueza incomensurável para o historiador da Idade Média são, genericamente, pobres na explicitação do espaço e muito dificilmente é possível cartografá-lo com precisão (exceptuando aqueles cujos vestígios chegaram até hoje). Apesar de tudo, vão-se soltando, aqui e ali, algumas informações a partir de alguns testemunhos:

- É o caso de uma assembleia de homens bons que é registada nos Paços do Concelho, no Mosteiro de S. Francisco, no alpendre da Praça, em casa de um ou outro oficial, sobre a Torre da Porta de Faro, etc.;
- É a leitura pública de um alvará régio que chega da corte, registada junto à Porta do Postigo;
- São os registos de deliberações sobre as necessidades de reparação desta ou daquela Porta, deste ou daquele imóvel, como a casa do forno da Telharia ou o telhado, as escadas ou o muro dos Paços do Concelho, etc.
- É a contabilidade de uma festa ocasião do Corpo de Cristo ou por dia de Santiago, que implica a limpeza do caminho de arredor da vila e outros arranjos do espaço;
- É uma postura tendente a solucionar o sarrabulho gerado no adro da igreja de S. Clemente, aquando das audiências da justiça dos cristãos, dos mouros e dos judeus, aos domingos, logo após a missa;
- São as multas aplicadas pelo concelho sobre aqueles que se banham no chafariz da vila, que se evadem da cadeia, que não pagam a renda de um dado imóvel, que não removem o esterco da estalagem, etc.
- É a ordenação régia para que a cadeia saia do castelo e se instale junto à Porta da Vila ou que a casa das sisas saia da Rua do Castelo, defronte à fonte da vila e se instale na Praça, onde está o pelourinho;
- É a leitura do inventário dos bens, deste ou daquele orfão, que nos indica uma casa na rua de Portugal ou a sinagoga, dentro da qual ficou o legado deixado pelo rabi da vila, aos seus dois filhos, etc...
- É a ordenação para que se adoptem determinados procedimentos jurídico-administrativos na mesquita da vila, junto à Corredoura...

¹² AHL, *Actas de Vereações (1492-96)*, CMLLE/B/A/LV011, fls. 87v.^o-102.

dentro da cerca e nos arrabaldes, em 1494, permitindo, ainda, tecer uma ideia aproximada da respectiva estrutura populacional, já que são nomeados de seis a vinte quadrilheiros por artéria, conforme o número de moradores e indicadas as profissões dos eleitos. Visualizamos as zonas urbanas com maior implantação de gente, como é o caso de algumas ruas e praças do arrabalde, nomeadamente a Rua de Fernão Fogaça, a Rua de Portugal, os Inocentes ou a Praça. Com o tempo, os arrabaldes foram reforçando a sua tendência de ampliação a Noroeste, estendendo-se, visivelmente, em finais de Quatrocentos, para Norte e Nordeste da povoação.

**Número de quadrilheiros nas ruas e praças de Loulé,
dentro e fora da cerca, em 1494**



Gente dedicada às mais variadas actividades disseminava-se por toda vila que extravasara o troço amuralhado, prevalecendo os sapateiros e os almocreves, não faltando os ferradores, tecelões, pescadores ou carneiros, o barbeiro da Praça, o confeitiro, entre muitos outros, adiante referidos na grelha que se apresenta.

Núcleos habitacionais em 1494

(arrolamento das ruas e arrabalddes para organização de quadrilhas)

INTERIOR DA CERCA

RUAS PROFISSÕES	QUADRILHEIROS	ATIVIDADES REFERIDAS	ORIGEM
RUA DA PALMEIRA	1		
RUA DAS PATARINHAS	8	Quadrilheiro - 1	Farrobeira - 1 Beja - 1 Navarra - 1
RUA DE RUI GIL	2		
RUA DE JOÃO RODRIGUES, escrit. sisas	3	Escrivão das sisas - 1 Sapateiro - 1	
RUA DA PORTA NOVA	2	Quadrilheiro - 1 Tecedor - 1	
RUA DE ESTACE EANES, DE DIOGO VASQUES, CARPINTEIRO E DE JOÃO BOTO CARNEIRO ATÉ À PORTA DE FARO	14	Carpinteiro - 1 Quadrilheiro - 3 Tecedor - 1	

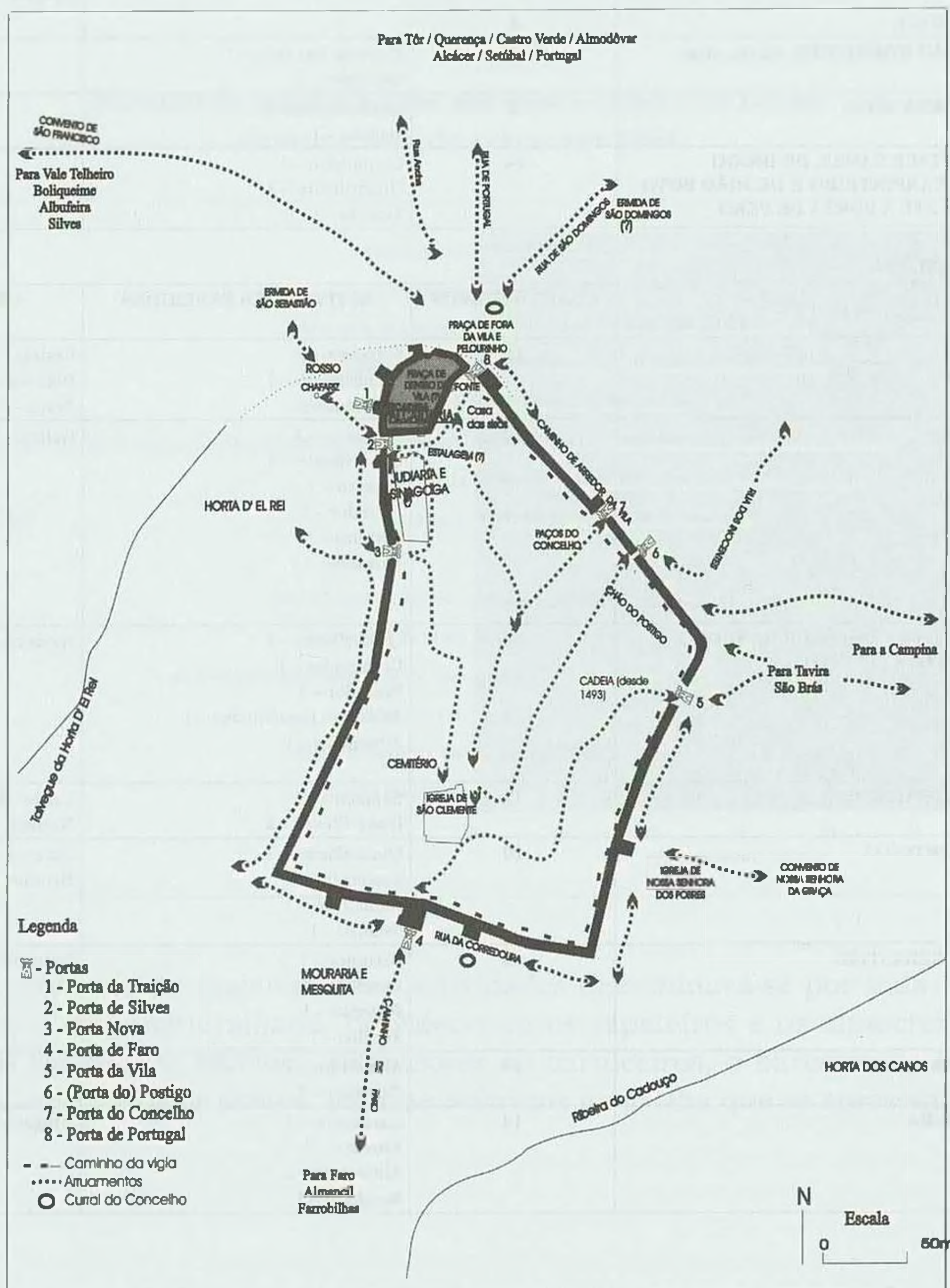
ARRABALDES

RUAS PROFISSÕES	QUADRILHEIROS	ATIVIDADES REFERIDAS	ORIGEM
PRAÇA	16	Sapateiro - 1 Quadrilheiro - 1 Barbeiro - 1	Castela - 2 Betunes - 1 Praça - 1
INOCENTES	22	Sapateiro - 2 Quadrilheiro - 1 Aduero - 1 Ferrador - 1 Porteiro - 1 Mordomo - 1	Galiza - 1
RUA DE FERNÃO FOGAÇA E DE DIOGO MARTINS ATÉ RUI PINTO	24	Quadrilheiro - 3 Carpinteiro - 1 Pescador - 1 Alfeloero (confeiteiro) - 1 Albardeiro - 1	Navarra - 1
RUA DE S. DOMINGOS	12	Sapateiro - 1 Quadrilheiro - 2	Leiria - 1 Navarra - 1
RUA DE PORTUGAL	20	Quadrilheiro - 3 Carniceiro - 1 Almocreve - 1 Tecedor - 1	Cáceres - 1 Betunes - 1
RUA DE S. SEBASTIÃO	19	Ferrador - 1 Quadrilheiro - 1 Pedreiro - 1 Tecedor - 1	Bragança - 1
RUA ANCHA	14	Almocreve - 1 Pescador - 1	
CORREDOURA	14	Carniceiro - 1 Provisor - 1 Almocreve - 2 Rendeiro - 1	Bragança - 1

Pelos finais do Medievo a vila de Loulé apresentaria, então, uma estrutura idêntica à que procuramos aqui reproduzir. O número de ruas na almedina – a Rua de Estace Eanes, a Rua da Porta Nova, a Rua de João Rodrigues, escritão das sisas, a Rua de Rui Gil, a Rua das Patarinhas e a Rua da Palmeira – seria numericamente

desproporcionado face à dimensão do espaço interior das muralhas, se não ativéssemos no facto de uma parte significativa da paisagem urbana ser constituída por quintais e infra – estruturas agrícolas, de que o olival anexo aos paços do concelho era exemplo ¹³, como adiante se verá.

Planta de Loulé Medieval



¹³ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1450/51), CMLLE/E/A/Lv. 008, fl. 31 v.º

Os topónimos, em permanente mutação, ao longo de toda a Idade Média, dificilmente permitem consubstanciar o local onde se inscrevem, no interior do recinto amuralhado, pelo que se torna muito difícil o seu registo cartográfico, sobre os eixos de comunicação. O nome dos arruamentos é de tal modo volúvel ao tempo, que na própria Idade Média um topónimo de 1395, como por exemplo, «*Rua a par do Concelho*» já não é registado no referido rol de ruas de 1494. A *Rua do Castelo*, onde até 1498, estavam as casas das sisas, defronte da fonte, é designada, em 1494, «*Rua Principal da Fonte*»¹⁴.

2. O enquadramento regional e o ordenamento dos eixos de acesso

Uma povoação é, sem dúvida, configurada em função da História e dos condicionalismos geográficos que herda; a articulação que, todavia, desenvolve com os espaços circundantes e as características da relação que com eles mantém assumem, igualmente, um peso não menos negligenciável sobre o ordenamento do seu território que, no dizer de Cortázar «aparece creado por una energía. Es el resultado de flujos que se despliegan en todas las direcciones. En su continuo fluir, van generando situaciones de encrucijada, de atracción, de repulsión, forjando subespacios de rasgos afines, creando estímulos para encuadramientos sociofísicos»¹⁵. Processos sem dúvida presentes no protagonismo que a vila assumia, enquanto núcleo secular de uma área ampla, que ligava o Alentejo ao Atlântico, por onde se disseminavam zonas de produção de gado, agrícola e artesanal, que se serviam das margens e do desvio de águas de ribeiras, fontes e nascentes, que por todo o lado proliferavam¹⁶. Loulé, desde cedo, manifestou uma vitalidade notória que lhe adveio da sua articulação com os espaços regionais, da produção de fruta e do comércio, mesmo o de longo curso, desenvolvido em parceria com os concelhos vizinhos algarvios e mesmo com o poder central. Não foi por acaso que a primeira feira do reino do Algarve se instituiu nesta povoação¹⁷, concentrando produtores e criadores, artesãos, almocreves e mercadores, que não só ampliaram as faculdades de transacção a um espaço económico mais alargado, como dinamizaram o conjunto da paisagem urbana e o

¹⁴ Penso não haver dúvidas quanto à coexistência espacial de um e de outro nome e que ambos se reportam ao mesmo eixo. As denominações das ruas variam, conforme os designadores, conforme os habitantes que aí residem e a importância que lhes é atribuída pelos demais cidadãos, ou em função de certos elementos de referência. Por exemplo, a «*Rua de Martim Farto*» que, acaso da sorte, sobreveio do século XVI até hoje, assumia uma nomenclatura diferente antes da existência daquele homem bom do Concelho, que lhe deu o nome. Pode muito bem a sua designação ter sido antecédida pela de «*Rua de Rui Gil, escrivão das sisas*», que aparece entre a documentação em 1494.

¹⁵ José Ángel García de CORTAZAR, «La organización social del espacio en la Mancha Medieval» in *Espacios y Fueros en Castilla-La Mancha (Siglos XI-XV)-Una perspectiva metodológica*, Madrid, Ediciones Polifemo, 1995, p. 20.

¹⁶ Nomeadamente a Ribeira do Cadouço, junto à vila, e mais além, a Ribeira de *Cagavai*, a Ribeira do Almargem e a Ribeira de Quarteira, o Rio Vascão, o Rio Algibre ou a Ribeira de Alte.

¹⁷ Em 1391. ANTT, *Chanc.D. Dinis*, liv. 4, fl. 17 e v.º

rossio, em particular. Daí a crescente serventia da Porta de Silves ou da Porta Nova que, dando acesso a estes espaços de referência do arrabalde louletano, o Rossio e a Horta d'El Rei, abriam a vila a uma área marcada pela produção agro-pecuária e artesanal, no seio da qual se rasgavam percursos em direcção a Quarteira e ao Almargem de Bilhas, onde a edilidade mantinha uma parte das suas reses e onde se desenvolviam actividades não só ligadas à produção de cereal¹⁸, fruta e sal, bem como à piscicultura e silvicultura. A Noroeste, passados os ferragiais da Ordem de Santiago ou o Mosteiro de S. Francisco, os eixos de comunicação entroncavam-se no caminho para Albufeira, que se prolongava até Silves ou Lagos, trajecto tantas vezes percorrido, havia muito, em busca de pão, quando se anunciava a chegada de embarcações a Estombar ou a Lagos¹⁹.

A rede viária do Algarve inscrevia Loulé no coração dos circuitos regionais: era um ponto de paragem inevitável para quem vinha de Portugal e se dirigia a Faro ou a Tavira, constituindo, de igual modo, um nó de ligação inter – urbana entre o Barlavento e o Sotavento algarvios. Ali chegava gente deportada para Arzila (e que vinham de Moura, para embarcarem em Faro) ou para a Mina (oriundos de Tavira, para embarcarem em Silves)²⁰. Por esses eixos escoavam igualmente esforços de articulação, muitos dos quais, não sendo novos, manifestavam, todavia, necessidades crescentes e mais alargadas de coesão, capazes de contrariar decisões adversas a interesses comuns. Era a povoação eleita para acolher, em certas ocasiões, outros responsáveis concelhios regionais, quando se impunha uma coordenação de esforços para a resolução de questões conexas²¹. Assim, os eixos viários a Noroeste, a Nordeste, a Este, a Sul e a Sudoeste, serviam a necessária coesão da vila com os mais importantes núcleos populacionais ou espaços de exploração económica da envolvente regional.

O lagar do rei, estrategicamente disposto junto da Porta de Faro²², deixa antever algumas das produções que chegavam à vila por esta entrada, designadamente o vinho e o azeite que vinha diariamente do concelho vizinho²³. A porta voltava-se para toda uma extensa região, importante para o município, servida pelas margens da Ribeira do Cadouço e mais além, pelas da Ribeira de Cagavai, com seus moinhos²⁴,

¹⁸ A partir de meados do século XV, o gado aí introduzido por Nuno Barreto, (segundo o concelho louletano) *fazia agastar ervas e prados e por mingua dos ditos prados a adua tornou-se fraca*, começando a impedi-los de fazer suas searas e adubar seus bens. AHF, «Treslados, cópias e registos de originais de 1375 a 1710» in *Registo de leis, alvarás, provisões, cartas e outros diplomas, 1645-1880*, fls. 41 e 43 v.

¹⁹ AHL *Livro de receitas e despesas do concelho* (1374/76), CMLLE/E/A/Lv. 001, fls. 18, 26, 26 v.º, 27 v.º

²⁰ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1483/84), CMLLE/E/A/Lv. 009, fl. 20 e 21 v.º

²¹ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1450/51), CMLLE/E/A/Lv. 008 fl. 31 v.º e *Actas de vereação* (1496): AHL, CMLLE/B/A/001/LV012, fls. 10-11.

²² *Livro de receitas e despesas do concelho* AHL CMLLE/E/A/LV006 (1413/14), fl. 3.

²³ Frei João de S. José, «Corografia do Reino do Algarve» in *Revista de História Económica e Social*-3, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, p. 161.

²⁴ ANTT, *Chanc. D. Dinis*, fls. 53, 77v.º, 78, *Chanc. D. Duarte*, Lv. 1, fl. 228 v.º, *Leitura Nova, Guadiana*, Lv. 4, 72-73; «Actas das Vereações (...)», *ob. cit.*, 173.

hortas e ferragiais²⁵, terras de pão e pomares²⁶; o alfoz estendia-se, por aí, até ao litoral, onde o porto de mar, estrutura defensiva e «aldeia» de Farrovilhas acolhia pescadores e mercadores²⁷, oferecendo-se, de igual modo, como rossio para vacas e bois que aí transportavam a fruta dos figueirais de Ludo e de outros locais, bem como madeira e outras géneros para carregar naquela barra²⁸. A porta abria a vila a um circuito importante, dadas sistemáticas necessidades de articulação de esforços, não só comerciais, como institucionais e políticos com Faro²⁹. Neste finalizar da Idade Média, assiste-se a um vai e vem contínuo de responsáveis concelhios, com assuntos de carácter regional e nacional, relacionados com a partilha de cereal transportado por navios aportados à barra daquele concelho, a que era necessário acorrer, por vezes levando como moeda de troca pesadas cargas fruta³⁰. Pelo caminho de Faro circulavam assuntos ligados à exploração de pastos, às portagens, e ao negócio de mercadorias com o exterior que cimentavam parcerias indispensáveis e por vezes, litígios incontinentes. Também a escolha dos representantes e a definição das questões a debater nas cortes, obrigavam frequentemente ao trajecto³¹. Caminho de

N

²⁵ ANTT, *Chanc. Afonso V*, Lv 10, fl. 54v.º; AHL, *Inventário de Orfãos*, JOLLE/C/F/001/Lv. 006; *Livro de receitas e despesas do concelho* (1375-1376), CMLLE/E/A/Lv. 001.

²⁶ ANTT, *Leitura Nova, Guadiana*, Lv. 4, fls. 72-73

²⁷ Apesar da cooperação existente entre Faro e Loulé, para a aquisição de pescado nas respectivas barras, aquando da vinda de embarcações com mercadorias para negociar, sobretudo pão, alguns conflitos com o concelho vizinho, vêm comprometer, sobretudo com o avançar do século XV, a utilização do seu porto por parte do comércio louletano. (AHF, «treslados, cópias e registos de originais...», fls. 16 e 17.). Em 1483, deram entrada na Barra de Farrovilhas quatro embarcações, tendo o Concelho deliberado na expropriação de pescadores das habitações daquela aldeia, para aí alojar mercadores. A construção de um poço neste porto de mar e os encargos despendidos para o efeito (cerca de 1000 reais) mostram o interesse de Loulé na vitalização deste seu espaço: AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1483), CMLLE/E/A/Lv. 009, fl. 16.

²⁸ BACL, «Collecção dos Documentos dos Cartórios do Algarve (...)» *ob. cit.*, fl. 293v.º-299v.º

²⁹ Alberto Iria considerou que este percurso devia ligar a Porta de Faro à estrada de comunicação com as restantes povoações do sotavento algarvio, até à foz do Guadiana. «O Algarve e os descobrimentos» in *Descobrimientos Portugueses*, Vol. II, Tomo I, Reprod. Fac-similada, Lisboa, INIC, 1988, pp. 182-183. Romero de Magalhães não partilha, todavia da mesma opinião: *ob. cit.*, p. 19.

³⁰ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho*: CMLLE/E/A/Lv. 007 (1423/24); «Actas das Vereações de Loulé», *ob. cit.*, pp. 113, 210-212. «Collecção dos Documentos dos Cartórios do Algarve (...)» in BACL, *Reserv.*, Tom. II, Cód. 403, fls. 192 v.º-193, 277-283; AHL, *Sentença sobre fruta entre Faro e Loulé* (1448), CMLLE/J/002/Lv. 003; AHF, *Livro de Registo da Câmara-Treslados, cópias e registos de originais*, fl. 36 v.º-37.

³¹ AHF, *Livro de Registo da Câmara-Treslados, cópias e registos de originais*, fl. 42 v.º-43 v.º, 45-46; AHL, CMLLE/J/002/Lv. 003; *Collecção dos Documentos dos Cartórios do Algarve, Civis e Eclesiásticos (...)*, doc. cit., fls. 192 v.º-193, 266-269, 277-283, 284-287 v.º, 287v.º-293 v.º, 293v.º-299v.º; AHL, *Livro de Receitas e despesas do concelho* (1374/75), CMLLE/E/A/Lv. 001, fl. 32; *Ibidem*, (1483/84), CMLLE/E/A/Lv. 009, fls. 18, 18 v.º, 19, 21 v.º

manifesta afluência, não obstante a austeridade de alguns troços que não permitiam a passagem em simultâneo de bestas vindas em sentidos opostos ³².

A Porta da Vila, a Este, orientada para o caminho de Tavira, testemunhava o mesmo empenho em desenvolver elos de concertação da política regional; também utilizavam o trajecto os oficiais que iam comprar as medidas para o concelho que, cada vez mais, se pretendiam uniformes e comuns a todo o reino ³³. O itinerário fazia-se pelo interior regional, servindo de passagem a quem cuidava das vinhas e figueirais do rei em Betunes ou a quem seguia para S. Brás e mais além. Dele irradiavam, percursos secundários, que davam acesso aos ferragiais e hortas dos Canos, bem como à Campina. O cuidado atribuído à preservação dos caminhos inter-urbanos levava a que fossem obrigatoriamente utilizados outros, alternativos, pelos criadores com suas reses; era o caso do caminho dos Alandroeiros, por onde deveriam transitar, quando o destino era a campina próxima ³⁴. A Nordeste, voltadas para um arrabalde em plena expansão pelos finais da Idade Média, temos a Porta do Concelho ³⁵ e a do Postigo, onde são lidos alvarás importantes, como aquele em que o rei ordenava que se acautelasse a entrada de conversos na vila, vindos de Castela ³⁶.

Para quem entrava na vila de Norte, fazia-o pela Porta de Portugal, possivelmente o trajecto de muitos emissários da corte, aí deslocados, com um cada vez maior número de determinações e pedidos que se infiltravam na política e na vida locais, com cartas que designavam oficiais da confiança régia destinados a vigiar pela eficácia jurídica da administração concelhia, que solicitavam auxílio financeiro ou o exigiam, que instruía sobre a exportação de cereais ou aplicação de taxas, que decidiam sobre a possibilidade de aquisição de cereal a estrangeiros ou a sua colaboração na política de conquista das praças em África.

3. A paisagem urbana intra-muros

Não obstante a vila extravasar, cada vez mais, o espaço contido no interior da cintura de muralhas, o final de Quatrocentos conservava ainda o baluarte urbano nuclear, que acolhia além das residências dos contribuintes taxados pelos escalões mais elevados do concelho, entre outros ³⁷, a igreja, os paços do concelho e o castelo.

³² Em 1496, as características deste eixo viário deram origem a um desafortunado litígio, quando um pequeno mouro, de sete anos, ao utilizar o trajecto, de Loulé para uma herdade de seu pai, teve o infortúnio de apedrejar, mortalmente, um jovem de Silves, depois de uma disputa sobre qual das respectivas bestas tinha prioridade de passagem. ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 43, fls. 79v.-80.

³³ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1483), CMLLE/E/A/Lv. 009, fl. 19.

³⁴ «Actas das Vereações de Loulé», *ob. cit.*, p. 184.

³⁵ Referida em AHL, *Inventário de Orfãos* (1475-1481), JOLLE/C/F/001/Lv. 006. Sofreu, em 1483 obras de reparação: AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1483/84), CMLLE/E/A/Lv. 009, fl. 19v.º

³⁶ AHL, *Actas de Vereações de Loulé*, 1492-1495, CMLLE/B/A/001-SCB/Lv. 011, fl. 84.

³⁷ Ver Maria de Fátima Botão, *ob. cit.*, p. 134.

Ao longo do século XV³⁸, o contínuo cuidado com a manutenção de cada uma das portas da cerca (sobretudo os seus cadeados e chaves), a de Silves³⁹, a de Portugal⁴⁰, a do Concelho⁴¹, a do Postigo⁴², a da Vila⁴³, a de Faro⁴⁴ e a Porta Nova⁴⁵, testemunha a utilidade das anciãs estruturas defensivas, que albergavam não só os edifícios de poder mais significativos (o religioso, o militar e o concelhio), como o património da população mais prestigiada. Com o cair da noite, as chaves eram introduzidas nas respectivas fechaduras para encerrar a velha almedina, enquanto os quadrilheiros nomeados para cada rua, atentavam a todo e qualquer movimento suspeito⁴⁶.

Passada a Porta de Portugal, avistamos, ainda hoje, do lado direito, os muros da alcáçova, com a respectiva alcaidaria, junto da qual, se ouviram, por certo, durante muito, os ecos de lamentos ou vitupérios oriundos dos cadafalsos da cadeia⁴⁷, até que findo o século XV, uma ordenação régia a instalou nas imediações da Porta da Vila⁴⁸. Ali, na parte mais elevada de Loulé, entre as ameias dos três torreões do castelo, o mar revelava-se, além, um limiar azul, incógnito, infindo, que tanto tinha de ameaçador como de prometedo, e que, desde a conquista de Ceuta de Quatrocentos, tantas vidas da vizinhança ceifou e tanto património comprometeu. A Norte os serros que caracterizam o Barrocal algarvio⁴⁹, reais obstáculos em

³⁸ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1450/51), CMLLE/E/A/Lv. 008, f. 31 e v.º; *Ibidem*, Lv. 004 (1403/04), fl. 5 v.º, *Ibidem* (1423/24), Lv. 007, fl. 37 v.º.

³⁹ Ver Manuel Pedro SERRA, *Loulé, História e Expansão Urbana*, Loulé, Museu Municipal de Loulé, 1996, p. 5.

⁴⁰ Trata-se, naturalmente, da porta cujo acesso se fazia pela Rua de Portugal.

⁴¹ Referida em AHL, *Inventário de Orfãos* (1475-1481), JOLLE/C/F/001/Lv. 006. Sofreu, em 1483 obras de reparação: AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1483/84), CMLLE/E/A/Lv. 009, fl. 19v.º.

⁴² AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1483), CMLLE/E/A/Lv. 010, fl. 7v.º; *Actas de Vereações de Loulé*, 1492-1495, CMLLE/B/A/001-SCB/LV011, fl. 84.

⁴³ Ver «Actas das Vereações de Loulé», *ob. cit.*, p. 53 e AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1423/24), CMLLE/E/A/Lv. 007, fl. 35. Isilda Pires Martins e José Luís de Matos conseguiram obter, através dos seus trabalhos de prospecção arqueológica, uma aproximação do local onde a mesma se localizaria: *O castelo de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé, 1984, p. 10.

⁴⁴ Mencionada diversas vezes na documentação medieval e a que se sujeitou mais sistematicamente a obras de reparação: Ver «Actas das Vereações de Loulé», *ob. cit.*, pp. 27 ou 140; AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho*: AHL, CMLLE/E/A/Lv. 007 (1423/24), fl. 37 v.º, *Ibidem* (1450/51), Lv. 008, fl. 31 e *Ibidem* (1403/04), Lv. 004, fl. 5v.º.

⁴⁵ Mencionada já em 1403, nas «Actas de Vereação de Loulé», *ob. cit.*, p. 140.

⁴⁶ AHL, *Actas de Vereações de Loulé*, 1492-1495, CMLLE/B/A/001-SCB/Lv. 011, fl. 88v.º.

⁴⁷ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1375/76), CMLLE/E/A/Lv. 001, fl. 23.

⁴⁸ A «qual se ora (1494) tirara do castelo da mesma per mandado d el Rey»: AHL, *Actas de Vereações de Loulé*, 1492-1495, CMLLE/B/A/Lv. 011, fl. 132.

⁴⁹ A que Charles Bonnet, designa Sistema Fico-Ceratónico «por causa da grande quantidade de figueiras e de alfarrobeiras, que crescem, essencialmente neste tipo de terreno. BONNET, Charles, *Memória sobre o reino do Algarve, descrição geográfica e geológica* (introd de José Carlos Vilhena Mesquita e trad. e notas de Maria Armada Ramalho Viegas), Vila Real de Santo António, Secretaria de Estado da Cultura-Delegação Regional do Sul, 1990, p. 62.

relação ao restante território nacional, mas donde emanavam laços de aliança, de força, de poder.

Para Sul, a cintura urbana abraçava um conjunto de construções, manifestamente vulneráveis ao desfavor da Natureza, aparentemente de barro, taipa ou adobe e na sua maioria caiadas, apresentando como cobertura a telha, assente em armações de madeira⁵⁰, algumas das quais terão sido enobrecidas com o advento da Modernidade e com a concorrência das linhagens locais na sua apropriação. Uma multiplicidade de poços sugerem a existência de quintais ou pátios onde os mesmos assentariam⁵¹ ou mesmo espaços de produção agrícola, como o atesta o olival anexo aos Paços do Concelho⁵².

Os arruamentos reflectiam os cuidados de asseio assumidos por uma edilidade que contratava pessoal para os varrer, havia muito⁵³, e chamava à responsabilidade cada vizinho pelo lote de rua, defronte à respectiva habitação, a fim de que limpasse as pedras do pavimento, cuidasse dos canteiros e mantivesse os regos das calçadas desentupidos⁵⁴. Pagava regularmente para que tirassem as cargas de esterco que se iam acumulando na estalagem⁵⁵ e vigiava para que não se fizessem esterqueiras na povoação ou na Praça do arrabalde⁵⁶. Pelos finais de Quatrocentos «uma coisa é errada» na vila, dizia-se em vereação: eram os porcos que alguns aí criavam e que degradavam o ambiente, situação que imediatamente se procurou corrigir⁵⁷.

Não obstante as vicissitudes que iam moldando a imagem do espaço urbano aos interesses e às necessidades dos novos tempos que se iam anunciando, como veremos adiante, o interior da almedina medieval guardava uma composição secular,

⁵⁰ As referências sistemáticas na documentação, sobretudo nos livros de receita e despesa do Concelho, a materiais destinados à construção ou reparação de imobiliário, como pedra, cal, areia e sobretudo madeira, leva-nos a crer que o tipo de construção se não afastaria da maior parte das casas urbanas do Centro e Sul do país, designadamente daquelas que Manuel Sílvio Conde descreve: «Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média», Sep.^a de *Arqueologia Medieval*, n.º 5, 1997, pp. 243-265. Uma das medidas tomadas perante a ameaça de incursões castelhanas, em 1385, é precisamente a de assegurar a recolha para o interior das muralhas de telha e madeira que restavam dos pardieiros dos arrabaldes. «Actas de Vereação (...), *ob. cit.*, p. 33.

⁵¹ Em cada casa, um ou dois poços, que «em lugar da talha, tem o gargalo do poço, com seu cubo e corda, que lhe serve de púcaro». Era assim, em 1607. Ainda o era em 1914, quando Geraldino Brites fez a sua inventariação. Ver Henrique Fernandes SARRÃO, «História do Reino do Algarve in «Duas Descrições do Algarve do século XVI», *Revista de História Económica e Social-3*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, p.161 e Geraldino BRITES, «Febres Infecciosas-Notas sobre o concelho de Loulé» in *História e Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Tomo VII, Parte II, fasc.2, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914, p. 16.

⁵² AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1450/51), CMLLE/E/A/Lv. 008, fl. 31 v.º

⁵³ Como o caso da mulher que o Concelho tinha para as varrer (AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1375/76), CMLLE/E/A/Lv. 001, fl. 18 v.º) ou de mouros contratados igualmente para a limpeza da fonte e do chafariz da vila (*Ibidem*, fl. 18).

⁵⁴ «Actas de Vereação (...), *ob. cit.*, p. 11.

⁵⁵ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1413/14), CMLLE/E/A/Lv. 006, fl. 2.

⁵⁶ «Actas de Vereação (...), *ob. cit.*, p. 11.

⁵⁷ AHL, *Actas de Vereações* (1492-96), CMLLE/B/A/Lv. 011, fls. 87v.º-102., fl. 69 v.º

que compreendia zonas funcionais distintas, as políticas e administrativas, as económicas e as de culto, com espaços de implantação de património régio (casas, fornos e lagares), concelhio (casas e tendas), eclesiástico (a igreja de S. Clemente) e particulares.

Na alcáçova, a Oeste, vestígios de alpendres voltados para o exterior⁵⁸, sugerem a existência de um antigo espaço comercial, a praça de dentro da vila, onde, por entre o bulir de gente que aí terá afluído durante tempos, da povoação para a alcáçova do castelo, com o propósito de vender e comprar algum pão, peixe, carne, leguminosas ou fruta, se misturavam alguns oficiais concelhios para tratarem de certos negócios. Esta localização facilitava um maior controlo das transacções e aplicação dos regulamentos e fiscalidade, preservando-se o carácter topográfico das cidades islâmicas, que não afastavam para muito longe das portas da povoação e do centro político e militar, os espaços comerciais⁵⁹. Nas bases de um torreão, nesta zona Nordeste do castelo, um arco de volta perfeita permitia uma passagem para o exterior, o que poderá justificar o carácter funcional desta área⁶⁰. É de supor, que duas entradas, uma das quais ainda visível, se oferecessem como passagem entre o castelo e a almedina. Com tempo, a Praça de fora da vila ou dos arrabaldes, a Este, como veremos, parece substituí-la enquanto espaço público de comércio, de convívio e de deliberações políticas.

Defronte da alcáçova, «novamente feita com muito boas casas» e dos muros que a abraçam «reedificados de novo», conforme constatou Sarrão, em 1607⁶¹, a «*Rua do Castelo*» ou «*Rua Principal da Fonte*»⁶² ligava a Porta de Portugal à de Silves. Aí estava não só a fonte, mas a estalagem e as antigas casas das sisas, cujo pardieiro D. Manuel cedeu de foro a um fidalgo da Casa Real, Afonso Teles Barreto⁶³. Era, sem dúvida, um espaço de prestígio da vila. Ousamos pensar que não muito afastadas, possivelmente voltando a Sul e entrando já pela rua que encaminhava para os Paços do Concelho, estaria igualmente a casa das fangas, onde o cereal entrado em Loulé

⁵⁸ A referência aos mesmos foi-me gentilmente dada por Isilda Pires Martins.

⁵⁹ Mikel de EPALZA, «Espaços y sus funciones en la ciudad árabe» in *La ciudad islamica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, Istitución Fernando el Católico, 1991, pp. 19-20.

⁶⁰ A Nordeste do pátio da alcáçova, um torreão «cuja existência se ignorava por se encontrar mascarado por outras construções. Nas bases do torreão um arco de volta perfeita permite a passagem, agora descoberta, de uma rua, em degraus largos e baixos, outrora lajeados, que corre em direcção à porta da vila. Por aqui se processaria a comunicação do Castelo com o exterior.» Carlos Duarte e José Lamas *ob. Cit.*, p. 28.

⁶¹ Henrique Fernandes SARRÃO, «Duas Descrições do Algarve do século XVI», *ob. cit.*, pp. 161-162.

⁶² Penso não haver dúvidas quanto à coexistência espacial de um e de outro nome e que ambos se reportam ao mesmo eixo. As denominações das ruas variam, conforme os designadores, conforme os habitantes que aí residem e a importância que lhes é atribuída pelos demais cidadãos ou em função de certos elementos de referência. Por exemplo, a «*Rua de Martim Farto*» que, acaso da sorte, sobreveio do século XVI até hoje, assumia uma nomenclatura diferente antes da existência daquele homem bom do Concelho, que lhe deu o nome. Pode muito bem a sua designação ter sido antecedida pela de «*Rua de Rui Gil, escrivão das sisas*», que aparece entre a documentação em 1494.

⁶³ ANTT, *Chanc. D. Manuel*, Liv. 31, fl. 61 v.º

era diligentemente depositado a fim de guarnecer, em tempo oportuno, a respectiva e acautelada distribuição ⁶⁴.

Adossada à muralha do castelo ⁶⁵, a referida fonte, cuja responsabilidade e conservação estava a cargo do concelho ⁶⁶, leva a pensar, como alguém já o fez para outras fontes, de outros lugares do ocidente medieval, que ali estava o marco de um poder, fosse ela modesta ou monumental, instrumento inquestionavelmente eficaz para afirmar a noção de bem público e de espaços comuns ⁶⁷. A edificação de um chafariz, em finais do século XV, no rossio do arrabalde ⁶⁸, apenas veio reforçar as características funcionais e simbólicas do património concelhio de então, bem como a necessidade de remeter para o exterior da cerca a frequência de animais, que sempre comprometiam a desejável preservação da sanidade do espaço urbano, tão acautelada ao longo dos tempos.

Em posição estrategicamente próxima da fonte ⁶⁹, a estalagem era um espaço comunitário, de propriedade concelhia, vital para um acolhimento condigno dos viandantes que, com constância ali pernoitavam, faziam os seus repastos e recolhiam os seus animais, na estrebaria anexa ⁷⁰. O rendeiro ⁷¹ encarregava-se de a ter abastecida com pão, vinho, carne, peixe e roupa, de modo a satisfazer da melhor maneira os mercadores e diversos forasteiros que a procuravam ⁷².

Os consideráveis encargos em mão de obra de carpintaria, fabrico de manjedouras, cumeeiras, cal, argolas, pregos maiores, palmares e caibrais, anchas para as

⁶⁴ AHL, *Livro de Receitas e despesas do concelho* (1374/75), CMLLE/E/A/Lv. 001, fls. 17, 32 e «Actas de Vereação (...)», *ob. cit.*, p. 29.

⁶⁵ ANTT, *Leitura Nova, Guadiana*, Lv. 5, fl. 35.

⁶⁶ Responsabilidade para a qual já há muito A.H. de Oliveira Marques chamou a atenção e os estudos de outros concelhos o têm comprovado. A H. de Oliveira MARQUES, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, p. 91.

Livro de Receitas e despesas do concelho (1374/75), AHL, CMLLE/E/A/ Lv. 001, fl.18.

⁶⁷ HEERS, Jacques, *La Ville au Moyen Age en Occident, paysages, pouvoirs et conflits*, Paris, Hachette, 1990, pp. 314-321.

⁶⁸ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1483), CMLLE/E/A/Lv. 009, fl. 10.

⁶⁹ O topónimo mais antigo conhecido do largo de D. Pedro I era o da Estalagem, pelo que consideramos verosímil que o seu local antigo se não desviasse muito das proximidades da alcáçova e da fonte.

⁷⁰ Lopo Esteves de Sarrea foi sujeito a uma coima de 50 reais, em 1483, pela força que fez na saída de bestas do interior da estalagem. AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1483): CMLLE/E/A/ Lv. 009, fl. 4.

⁷¹ A quem o concelho entregava a respectiva exploração.

⁷² E cumprir com o concelho os compromissos de arrendamento estipulados, sem dúvida nenhuma consideráveis, atendendo ao valor da renda a que era obrigado, 35000 libras («Actas das Vereações de Loulé»..., p. 103). A localização de Loulé, ponto de passagem obrigatório para muitos dos que se preparavam para ir do Algarve a Portugal, ou que dali vinham, ou dos que, simplesmente, procuravam a vila para transaccionar mercadorias ou tratar de outros negócios, justifica a relevância destes rendimentos, resultantes de uma frequência, por certo, regular e dinâmica AHL CMLLE/B/A/001/lv. 002, fl. 6 «Actas das Vereações de Loulé»..., p. 67.

portas grandes, couceiras, calço de pitão⁷³, setias, madeira para portas, anchas para as portas grandes, fechaduras com seus fechos e armelas, que se empreenderam em 1404, sugerem a construção ou reconstrução de um projecto iniciado dois anos antes⁷⁴. Na segunda metade do século XV este local de acolhimento da vila continuou a merecer os cuidados de manutenção necessários à boa preservação da estrutura.

Um pouco a Sul da estalagem, entre a Porta de Silves e a Porta Nova, a Judiaria Velha⁷⁵ e a respectiva sinagoga⁷⁶. Aí assentava um forno cuja exploração o rei, com o tempo, acabou por ceder a um cavaleiro da Casa Real⁷⁷. O espaço foi, quatro anos antes do édito de expulsão dos judeus de Portugal, preterido por um bairro isolado, feito a pedido da comuna judaica de Loulé⁷⁸, construído entre o espaço habitacional anterior e a Rua de João Boto, rua essa que desembocava, para Sul, na Porta de Faro. Aí se encontrava uma comunidade de ferreiros, sapateiros e alfaiates, tosadores e tecelões⁷⁹, com as oficinas, provavelmente, compreendidas no próprio espaço habitacional⁸⁰, a que se juntava, igualmente, gente que vivia da exploração agrícola, enquanto foreiros de algumas herdades, e do exercício de algumas actividades mais prestigiadas, como a medicina. Alguns, cuja fortuna permitia assegurar ao erário concelhio empréstimos preciosos, em conjunturas que assim o exigiam, vinham para a vila exercer o seu ofício, sustentados por estes préstimos que não eram esquecidos e se recompensavam com franquias profissionais⁸¹. Intervêm na vida política louletana como homens-bons⁸², o que denuncia um estatuto de respeitabilidade e integração inolvidável. Apesar de tudo, e da abertura do novo bairro, em 1492⁸³, o número desta gente decresceu claramente a ponto de, em 1505, só viverem em Loulé, segundo Romero de Magalhães, dez cristãos-novos e a viúva de um outro⁸⁴.

⁷³ Possivelmente uma espécie de pedra, cunha ou pedaço de madeira sobre a qual se firmava, apoiava ou nivelava um género de parafuso, com cabeça em aro (Ver Cândido de FIGUEIREDO, *Grande dicionário da língua portuguesa*, Vol. I, p. 481 e vol. II, 25.ª ed., Lisboa, 1988, p. 2010).

⁷⁴ AHL, CMLLE/B/A/001/ Lv 006, fl. 16 v.º, «Actas das Vereações de Loulé»..., pp. 102-103.

⁷⁵ A prospecção arqueológica desenvolvida, em 1972, neste espaço, permitem-nos, em conformidade com o testemunho de Isilda Pires Martins, proceder à localização topográfica do mesmo.

⁷⁶ Na sinagoga de Loulé, nos inícios do século XV, foi inventariada a herança do seu rabi mór, a qual se circunscrevia a dois almadraques velhos rotos cheios de lã e um alguidar fendido. AHL, *Inventário de Orfãos (1408)*, JOLLE/C/F/001/Lv. 001, fl. 20v.º

⁷⁷ ANTT, *Leitura Nova, Guadiana*, Lv. 5, fls. 18v.º-20

⁷⁸ Ver a este respeito Luís Miguel Duarte, «Loulé há quinhentos anos, 1-A Rua Nova e a Judiaria Velha» in «*Al-'ulyā*», *Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, Vol. VIII, 2002, Loulé, pp. 159-166.

⁷⁹ Estas profissões estão bem documentadas nas «Actas das Vereações de Loulé»..., nomeadamente na p. 225.

⁸⁰ Apesar de em anos transactos terem sido observáveis actividades comerciais que não se circunscreviam estritamente a este bairro. Por exemplo, a loja do alpendre da Praça estava aforada pelo concelho a Isaque Belhamim. AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho (1423/25)*, CMLLE/E/A/LV007, fl. 19.

⁸¹ «Actas das Vereações de Loulé»..., p. 195.

⁸² «Actas das Vereações de Loulé»..., p. 225.

⁸³ Luís Miguel DUARTE, «Loulé há quinhentos anos, 1-A Rua Nova e a Judiaria Velha», *ob. cit.*

⁸⁴ Romero de MAGALHÃES, *ob. cit.*, p. 28.

Da rua do Castelo um outro eixo viário orientava o percurso para o edifício de reunião da edilidade, estrutura destinada a diferentes finalidades, mas, desde muito cedo (pelo menos desde 1376), local fixo de reunião dos responsáveis pelo governo da vila⁸⁵, situação bastante precoce se atendermos ao facto de algumas povoações, com certa importância do país, e mesmo de toda a Península, como Sevilha, Burgos ou Madrid, entre muitas outras vilas e cidades do reino vizinho, não terem local para o efeito, ainda em finais do século XV⁸⁶. Junto à porta que dele recebeu o nome, na zona oeste de Loulé, este era o centro vital das deliberações políticas do município. O alpendre e o sotão, o seu poço e todo o edifício, em geral, foram sujeitos a dispendiosas reparações, em 1483, para o que se canalizaram avultadas verbas destinadas a madeira, pedra, cal e areia, aos trabalhos do carpinteiro e de mais dez homens, daqueles que carretaram os materiais, para chaves e limpeza após as obras⁸⁷. É possível que o edifício fosse constituído por diferentes divisões, destinadas a diferentes fins. Aí se acolhiam os figos que alguns produtores traziam para a satisfação de contratos comerciais⁸⁸ e onde, numa esteira⁸⁹ aguardavam o respectivo encaminhamento. Junto da casa do concelho, um olival anexo, resguardado por um muro feito de cal e areia⁹⁰ adornava a paisagem, numa composição de espaços verdes e urbanizados. Apesar de as dimensões ou condições do imóvel não permitirem que fosse este o local escolhido para reunir todos os representantes concelhios do reino do Algarve, em 1496, tendo sido dada preferência ao Mosteiro de S. Francisco, a sede do poder local louletano nunca se mostrou pequena para admitir a participação em assembleia de todos os seus cidadãos, sem discriminações de carácter social ou étnico. Pouco tempo antes da véspera do Natal de 1496, quando chegou à vila a carta régia que determinava o fim da liberdade de convicções⁹¹, ainda acolhia mouros e judeus que ali marcaram, até então, a sua presença, sobretudo quando os assuntos debatidos em sessão plenária reclamavam a consciência colectiva de causas comuns: a defesa dos interesses económicos e políticos do Concelho⁹².

⁸⁵ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1375/76), CMLLE/E/A/Lv. 001, fl.25 v.º; ver «Actas das Vereações de Loulé», *ob. cit.*, que não deixam dúvidas sobre o local de reunião do conselho, o qual, de um modo geral, se fazia desde 1384, nos próprios Paços.

⁸⁶ O que levou os reis católicos a envidar esforços, em 1480, para resolução do problema: Maria del Carmen Carlé, Maria E. G. de Fauve, N.B. Ramos, P. de Forteza e I. J. Las Heras, *La sociedad hispano-medieval I-La ciudad*, Barcelona, Gedisa Editorial, 2001, p. 68.

⁸⁷ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1483), CMLLE/E/A/Lv. 009, fl. 11, 15, 15 v.º, 16 v.º, 17, 17 v.º, 18 v.º, 21v.º

⁸⁸ A 4 de Janeiro de 1476 o procurador João Afonso é pago por carretar duas dúzias de alcofas de figos de sua casa para o Paço do Concelho. AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1375/76), CMLLE/E/A/Lv. 001, fl. 34. Por outra ocasião, nesse mesmo ano, figos haviam sido transportados em bestas de Almancil para os referidos Paços. *Ibidem*, fl. 34 v.º

⁸⁹ Ainda em 1493, o edifício mantém uma esteira para acolher e preparar os figos: AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1483), CMLLE/E/A/Lv. 009, fl. 16 v.º

⁹⁰ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1450/51): CMLLE/E/A/Lv. 008, fl. 31 v.º

⁹¹ AHL, *Actas de vereação* (1496), CMLLE/B/A/001/LV012, fl.18 e v.º

⁹² «Actas das Vereações de Loulé, Séculos XIV-XV»,... pp. 224-226, 234-235, 237-241.

Apesar da mutação nas características sociais de todos os que ali foram delineando e decidindo sobre a vida local ⁹³, numa evolução idêntica à que se tem registado em muitos outros concelhos portugueses, com um funcionalismo eleito, progressivamente, entre gente da elite local e da confiança das estruturas centrais do poder, em finais do século XV, os interesses da comunidade e as liberdades da vila mantinham-se prioritários.

Saindo dos Paços do Concelho e orientando o trajecto mais para Sul, um terreno chão, denominado no século XVI, «Chão do Postigo» ⁹⁴, sugere uma abertura (simples postigo aberto na muralha ou mesmo numa porta) que vem a ser denominada *Porta do Postigo* ⁹⁵, a partir dos finais do século. As necessidades de ligação entre a vila e um arrabalde em fase de desenvolvimento justificam a utilidade deste acesso. A ermida de N.^a Sr.^a do Carmo que na zona se viria a instalar, com a Modernidade, confirma a imagem de um espaço revivificado pela lógica do ordenamento espacial ulterior à Idade Média.

Não muito longe, a velha igreja de S. Clemente fazia confluir as principais vias do recinto amuralhado. No centro de uma rede viária de ligação à Porta da Vila, aos Paços do Concelho e à alcaidaria, posicionando-se num espaço próximo da Porta de Faro, ocupava uma zona animada pelo afluxo de gente que ali procurava o culto, a justiça ou todas as actividades laicas que, geralmente, se registavam no adro da igreja principal das povoações. Tendo servido, durante muito tempo, de cemitério, o adro acabou por revelar-se exíguo demais para o efeito. Os defuntos passaram, em 1385, a ser acolhidos num espaço próximo, na zona nordeste, adjacente à igreja ⁹⁶. Também na matriz ou nas suas imediações, após a missa do dia, se procedia ao exercício da justiça local, onde os juizes ordinários, os almotacés, o juiz dos orfãos e o juiz dos mouros e judeus executavam as respectivas audiências ⁹⁷.

Com um adro a toda a volta, a igreja tinha três portas, todas elas de pedraria: a principal e duas travessas, uma Norte e outra a Sul ⁹⁸. Com uma estrutura em pedra e cal, constituída por três naves, coberta por telha vã, tinha um adro a Norte, cercado em seu redor com um muro alto, onde se elevava uma torre de cantaria, com dois grandes sinos, instrumentos preciosos para o controlo do tempo de trabalho, de

⁹³ A situação chega, em 1520, ao extremo de ofícios como o da escrevaninha dos orfãos e escrevaninha da câmara e julgado dos orfãos se passarem a fazer por cartas e alvarás e favores de fidalgos e outras pessoas, o que o concelho contesta, junto do rei, advogando que as nomeações deveriam ser feitas por eleição. ANTT, *Chanc. D. Manuel*, Liv. 39, 48-48v.

⁹⁴ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1483), CMLLE/E/A/Lv. 010, fl. 7v.^o

⁹⁵ A versão de Ataíde de Oliveira de que esta era a Porta da Traição da vila parece-nos desapropriada de sentido já que o local comum do seu posicionamento, em qualquer fortificação similar, a coloca no interior mais recôndito do reduto amuralhado, na alcáçova do Castelo, discreta e pouco acessível a desertores mais vulneráveis a ameaças externas e de difícil acesso a pretendentes e indesejáveis incursões. Aliás trabalho desenvolvido por Isilda Pires MARTINS (*O castelo de Loulé...*) mostra a mais lógica localização desta porta, num dos três torreões traseiros do castelo, conforme assinalámos na planta.

⁹⁶ ANTT, *Chanc. D. João I*, fl. 28 e v.^o

⁹⁷ AHL, *Actas de Vereação* (1496-1497), CMLLE/B/A/001/LV012, fl. 14v.^o

⁹⁸ *Ibidem*.

descanso, de fé ou simplesmente de alerta contra todo o tipo de ameaças a que a vila estava sujeita⁹⁹; o valor atribuído a este precioso instrumento do quotidiano colectivo e o zelo pela conservação do património levou a um considerável investimento com a reparação de um dos sinos, em 1483¹⁰⁰.

No interior da matriz, sobre a capela mór, «huma campaynha em hum campanario com que tamjem a Deus e aas vespervas, gramde e boa»¹⁰¹. Muito danificada, a ponto de a chuva entrar¹⁰², a igreja sofria, iniciada a época manuelina, as consequências de uma administração viciada, que começava a escapar à tutela do poder local. As obras de reparação de que foi alvo, ao longo de toda a Idade Média, para o que o concelho nomeava vedores da sua confiança, a fim de que as mesmas fossem efectivamente executadas¹⁰³ mostravam, agora, sinais de debilidade, devido à corrupção e à permanência por décadas de alguns indivíduos na titularidade dos cargos, subtraindo-os do controlo da edilidade. Todavia, em 1518, os esforços concelhios em contrariar a situação parecem ter produzido alguns resultados: quando, a 3 de Janeiro do referido ano, o chanceler da ordem de Santiago, o licenciado Francisco Barradas, coadjuvado pelo prior da igreja de Santa Maria de Setúbal, o deão Mendo Afonso visitaram a igreja, toda a estrutura havia sido já pintada e o estado de conservação geral parecia bom; a capela mór, toda abobadada, com um arco de cruzeiro em cantaria, onde estava o altar mór, com uma velha imagem de S. Clemente mostrava-se bem aos olhos dos visitantes; as duas outras capelas, também elas abobadadas, com seu altar de alvenaria, uma com uma imagem velha de Nossa Senhora, a outra de invocação de Santo António, com um pequeno retábulo de portas, com a imagem de Nossa Senhora da Piedade, também lhes mereceram um parecer favorável¹⁰⁴.

4. A expansão da vila nos alvares da Modernidade

Fora do recinto amuralhado herdado da almedina mulçumana, a Noroeste e a Nordeste, entre áreas de produção cerealífera¹⁰⁵ hortícola¹⁰⁶ – em épocas mais recuadas a cana de açúcar¹⁰⁷ – disseminavam-se alguns imóveis e estruturas destinadas à produção artesanal (possivelmente o local onde estaria instalado o forno e a

⁹⁹ «Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve (1517-1518)», *ob. cit.*, pp. 78-79.

¹⁰⁰ AHL, *Livro de Receitas e despesas do concelho* (1483), CMLLE/E/A/Lv. 009, fl. 12.

¹⁰¹ «Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve (1517-1518)», *ob. cit.*, pp. 78-79.

¹⁰² ANTT, *Chanc. D. Manuel*, Liv. 31, fl. 90 e v.º

¹⁰³ «Actas das Vereações de Loulé», *ob. cit.*, pp. 197-198.

¹⁰⁴ «Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve (1517-1518)», *ob. cit.*

¹⁰⁵ AHL, *Inventário de Orfãos*, (1464), CMLLE/J/002/Lv. 004.

¹⁰⁶ Em 1493, a Horta e Rossio estavam aforados pelo rei ao Concelho, pelo qual recebia a soma de 4435 reais. AHL, *Livro de Receitas e despesas do concelho* (1483), CMLLE/E/A/Lv. 009, fl. 6 v.º

¹⁰⁷ ANTT, *Chanc. de D. João I*, Liv. 3, fl. 111.

casa da Talharia ¹⁰⁸). Era a zona do Rossio e da Horta d'El Rei, para onde convergia variada gente que, desde longa data, sobretudo por ocasião da feira, aí procurava transaccionar alguns géneros para seu sustento ¹⁰⁹. O espaço manifestou uma vitalidade crescente, sendo de referir, nos finais do século XV, a construção de um chafariz, para o qual o concelho se não poupou a despesas, a fim de fazer e refazer ameias, consideradas imperfeitas ou inadequadas ao projecto pretendido ¹¹⁰. A obra passou a oferecer-se como uma referência de património público, que satisfazia não só vitais necessidades da comunidade louletana, como lhe permitia dignificar a imagem da povoação perante os visitantes. Apesar das pesadas coimas para quem pervertia a finalidade deste investimento, alguma vizinhança, não contendo o entusiasmo ou não suportando a intensidade do calor, mostrava-se incapaz de esperar pela conclusão da obra, para ali se banhar ¹¹¹.

Não muito distante, a Noroeste, no dealbar da Idade Moderna, foi erguida a ermida de S. Sebastião, edifício de pedra e cal, com a sua capela coberta de telha vã e cerrada com grades, com alpendres em ambas as suas portas. À sua volta e dos ferragiais e olival, que a Ordem de Santiago ali mantinha ¹¹², vão-se desenvolvendo estruturas de implantação residencial, numa evolução que se manteve até finais do século XIX ¹¹³. Este fenómeno estendeu-se igualmente ao outro lado exterior à cintura urbana, a zona Nordeste do arrabalde, onde a praça de fora da vila, com seu alpendre ¹¹⁴ e pelourinho ¹¹⁵, acolhia aqueles que aí chegavam pela Rua de Portugal, tantas vezes, por certo, esgotados pelo tortuoso Caldeirão, passagem inevitável para quem vinha do outro lado do país. Na praça avistava-se, agora, a casa das sisas, transferida por D. Manuel para o exterior do recinto amuralhado, onde o juiz, nomeado entre escudeiros ou fidalgos do rei, recebia e controlava as rendas de Loulé, com o auxílio de um escrivão ¹¹⁶.

Arruamentos cujos topónimos vão emergindo da documentação a partir do século XV, como a já referida Rua de Portugal, o caminho de S. Domingos ou a Rua dos Inocentes, entre outras cuja localização se mostra difícil de definir topograficamente, e zonas de construção adjacentes vão ampliando a povoação. Cada vez

N

¹⁰⁸ Aforados igualmente pelo rei, anualmente ao Concelho: AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1423/24), CMLLE/E/A/ Lv. 007.

¹⁰⁹ Manuel Pedro Serra localiza o recinto da realização da feira de Loulé no Rossio, frente à Horta d'El Rei e junto à Porta de Silves: *ob. cit.*, p. 5.

¹¹⁰ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1483), CMLLE/E/A/Lv. 009, fl. 13 v.º

¹¹¹ AHL, *Livro de receitas e despesas do concelho* (1483), CMLLE/E/A/Lv. 009, fl. 3 v.º

¹¹² «Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve (1517-1518)» *ob. cit.*, pp. 89 e 95-96.

¹¹³ Paulo ESTREMOZ, «A Evolução da Cidade» (Excerto do plano de pormenor de salvaguarda e valorização do Centro Histórico de Loulé-Maio 1993/1995) in *Al'ulyã*, n.º 4, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1995, pp. 69-75.

¹¹⁴ «Actas das Vereação de Loulé»..., p. 245.

¹¹⁵ «A quall carta assy trelladada eu sobredicto escripvam (...) logo em o dicto dia a preguei em o pillourinho que esta na praça da dicta villa por ser lugar publico». Actas de vereação de 19 de Setembro de 1468: «Actas das Vereações de Loulé»..., p. 217.

¹¹⁶ ANTT, *Chanc. D. Manuel*, Liv. 31, fl. 61 v.º

mais, se mostrava reduzido o isolamento da ermida de S. Domingos, a Nordeste, «huma soo casa (...) piquena cuberta de telha vã» colada a uma outra destinada a acolher o ermitão ¹¹⁷.

Pelo caminho d'arredor da vila ¹¹⁸, encaminhando o trajecto para sul, onde estavam instalados dois edifícios de culto, edificados havia muito – o Convento de N.^a Sr.^a da Graça e a Igreja de N.^a Sr.^a dos Pobres, -o espaço onde, conforme consta em alguma literatura, se instalou, então, o hospital da vila ¹¹⁹ – chegamos ao flanco sul dos arrabaldes. Zona mais desprotegida relativamente a incursões que se faziam pelo mar, entre umas quantas hortas, ferragiais e pomares, a implantação de estruturas edificadas, circunscreviam-se a um forno do rei ¹²⁰ e à Mouraria, com sua mesquita, nas imediações da Porta de Faro e da Rua da Corredoura. Aí se susteve, ao longo da Idade Média, uma comunidade vigorosa, ligada ao comércio, à agricultura e à produção artesanal, que, aquando do acto de conversão de D. Manuel para um só credo, subtraiu ao erário da mãe do monarca uma quantia estimada em 178.000 reais ¹²¹. Mais modestos eram os réditos provenientes da Judiaria, cedidos à Condessa de Loulé, D.^a Beatriz de Menezes: 32000 reais ¹²². A população semita, numericamente menos representada, apesar do poder económico de alguns e do prestígio profissional e intelectual de outros, como já foi referido, não estaria, todavia, concentrada num espaço dimensionalmente tão amplo, como o dos seus concidadãos mudéjares, embora mais protegido, dentro da cintura urbana.

N

¹¹⁷ «Visitação da Ordem de Santiago» *ob. cit.*, p. 95.

¹¹⁸ Todos estes eixos entroncavam no caminho «d'arredor da vila», por onde desfilava, em torno da povoação, a procissão com o Santíssimo Sacramento, por ocasião das festas do Corpo de Deus. Ver Iria GONÇALVES, «Despesas da Câmara Municipal de Loulé em meados do Século XV» in *Actas das I Jornadas da História do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Faro, 1987, p. 206

¹¹⁹ Romero de MAGALHÃES, *ob. cit.*, p. 18. Ver também Maria Helena Mendes PINTO e Victor Roberto Mendes PINTO, *As misericórdias do Algarve*, Ministério da Saúde e Assistência, Direcção – Geral de Assistência, Lisboa, 1968, p. 263.

¹²⁰ 1458, Faro, 19 de Julho (A.N.T.T., *Leitura Nova, Guadiana*, Liv. 3, fls. 87-88). Até ter sido cedido pelo rei ao alcaide de Loulé, cavaleiro da Casa do infante D. Henrique, em 1460, por carta de aforamento, este forno de cozer pão havia estado vinte anos derribado, não passando de um chão e pardieiros.

¹²¹ Doação, em 1498, à Infanta D. Beatriz e herdeiros de uma carta de padrão, pela sua Mouraria de Loulé, de 178000 reais, quantia em que a dita renda foi estimada: ANTT, *Chanc. D. Manuel*, Lv., 29, fl.113.

¹²² ANTT, *Chanc. D. Manuel*, Liv. 29, fl. 124. Neste findar de século, as mutações étnicas e religiosas operadas no seio da comunidade, amputaram os cofres reais de receitas apreciáveis, com as quais D. Manuel agraciava os seus. Considerando que o almoxarifado de Loulé rendia globalmente, em 1512, 270.680 reais (ANTT, *Leitura Nova, Guadiana*, Liv. 2, fl. 169 e A. de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, Raízes, Edições Rolim, p.38). Apesar de Costa Lobo considerar pouco relevante o impacto sobre a prosperidade da região após o mandado de expatriação, não podemos menosprezar o significado destes valores no contexto local.

*

Loulé nos finais da Idade Média reflecte o evoluir dos tempos que se vão anunciando, projectando-se o facto não apenas nas políticas, nos comportamentos ou nas vontades humanas, mas na própria paisagem urbana, sobre a qual os mesmos operam. O espaço exhibe, assim, mais do que qualquer outra variável, a volubilidade dos interesses e dos projectos de quem o utiliza e o modifica. É clara uma mutação nas opções políticas e financeiras do poder concelhio, que reflectem, mais do que nunca, a necessidade de controlar e inventariar o património, como se o mesmo fosse o único garante da sobrevivência de uma paisagem a dignificar.

Emerge, assim, uma nova postura da gestão concelhia perante o património público, que além dos seus aspectos funcionais se assume como reforço de uma afirmação pública perante a comunidade, perante os outros concelhos e perante os desafios impostos pelos novos tempos.

SIGLAS UTILIZADAS:

AHF – Arquivo Histórico de Faro

AHL – Arquivo Histórico de Loulé

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BACL – Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

Chanc. – Chancelaria

fl. – fólio

Lv – Livro

ob. cit. – Obra citada

p./pp. – página/páginas

Reserv. – Reservados